



BIC-UCS

A PRÁTICA DOS SABERES DE CURA NA SOCIEDADE ESCRAVISTA DO SÉCULO XIX

EnsinoH

Autores: Raffaella Flores Serdotte (BIC-UCS), Roberto Radünz (Orientador)

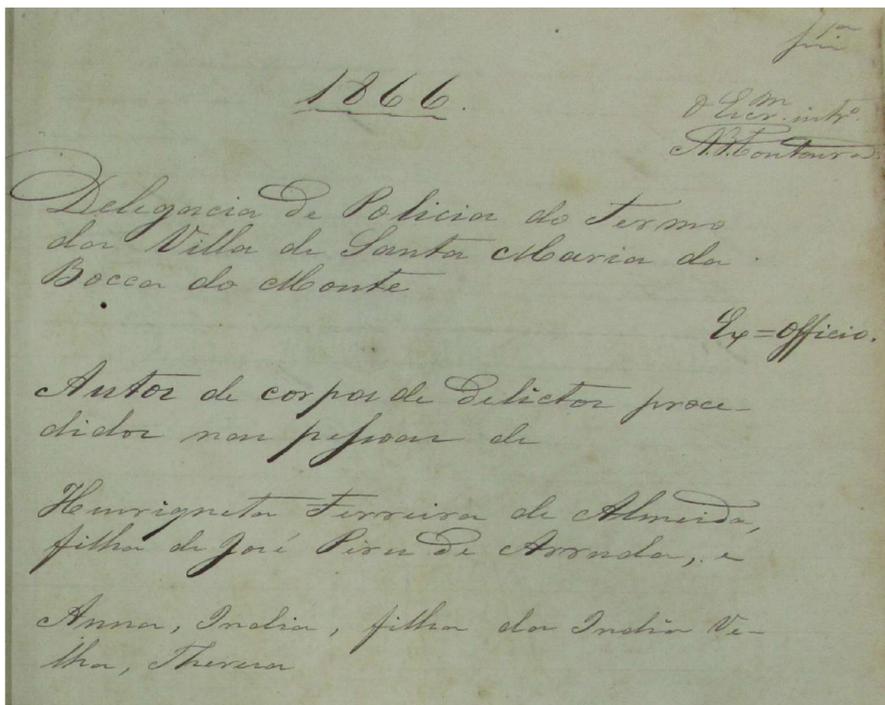
INTRODUÇÃO / OBJETIVO

A presente pesquisa tem como objetivo a análise de processo-crime, que retrata as práticas de cura exercidas por curandeiras e a sua relação com a sociedade no século XIX.

A partir da vinda dos africanos escravizados ao Brasil, foi introduzido à cultura brasileira um novo conjunto de crenças religiosas e saberes de cura. Mesclando-se ao cristianismo dos colonizadores e a outros conhecimentos e práticas dos povos indígenas, constituiu-se o exercício do curandeirismo. Era exercido principalmente por mulheres, as conhecedoras dos usos medicinais de ervas e plantas nativas, como forma de cura aos males de uma ampla parcela da sociedade, privada de assistência médica especializada. Na hierarquia social, médicos, cirurgiões e boticários ocupavam as posições mais altas em relação às curandeiras e parteiras, postos ocupados então por escravizados, libertos e livres pobres. Muitos dos conhecimentos desta chamada “medicina popular” eram passados de geração a geração e, ainda nos dias de hoje, possuem uma forte representação. No caso de escravizadas, em paralelo com a prática do curandeirismo, estas faziam também rezas, simpatias e rituais religiosos. Há registros inclusive de envenenamento de senhores e suas famílias. Nos quilombos, por exemplo, as mulheres eram responsáveis pela preparação dos homens que iam à caça por meio de banhos de ervas e amuletos de proteção, e também de tratar de suas feridas quando retornavam.

MATERIAL E MÉTODOS

O documento histórico utilizado como base para esta análise é um processo-crime, lavrado no ano de 1866, na “Comarca de Santa Maria da Bocca do Monte”. Esse processo encontra-se no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. O documento foi fotografado e encontra-se em processo de transcrição para possibilitar uma leitura mais dinâmica e análise do seu conteúdo.



Página 3 do Processo N° 943. Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Composto por 58 páginas, das quais 22 já foram transcritas, o documento, escrito à caneta tinteiro, possui uma caligrafia de difícil compreensão. O processo de transcrição se dá entre rasuras e borrões, mantendo-se a grafia e abreviações originais dos termos para a manutenção do seu sentido.

RESULTADOS

Neste processo, a ré Maria Antonia, 70 anos, forra, curandeira, é acusada de ter ministrado veneno a duas mulheres doentes. Ela foi chamada à casa das enfermas para tratá-las, e teria fornecido-lhes chás e ervas. Embora outros dois profissionais tenham sido chamados para medicar as doentes, apenas Maria Antonia foi alvo da acusação de ter praticado algum mal a elas.

A partir deste processo é possível perceber uma série de elementos que permitem analisar como se constituía a relação da sociedade com estas práticas de cura.

Os outros dois profissionais chamados para atender as doentes, um médico e um cirurgião, não foram incluídos na acusação de envenenamento. Também na realização do corpo de delito nas vítimas, que encontravam-se ainda enfermas, são convocados médicos e cirurgiões, destacando o reconhecimento destes profissionais na sociedade em relação às curandeiras.

No decorrer do processo são chamadas oito testemunhas, boa parte delas descrevem que teriam ouvido falar que a ré praticou feitiçaria contra as enfermas, fato que não consta na acusação inicial. Em uma canastra - espécie de baú - apreendida como parte da investigação, foram encontradas ervas, garrafas de vidro com soluções diversas, “pello ou cabelo de bicho”, raízes, entre outros elementos. Para os africanos e afro-descendentes escravizados, a crença de que doenças eram causadas por espíritos malévolos levava ao uso de uma ampla variedade de ervas e plantas como forma de proteção, cura ou para banhos de purificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se a partir da acusação feita exclusivamente à Maria Antonia, e do ato de corpo de delito, a desvalorização das curandeiras em relação aos médicos e cirurgiões da época, uma vez que essa classe possuía maior credibilidade frente à sociedade.

A partir dos relatos das testemunhas, pode-se perceber também que parte da acusação contra a curandeira se fundamenta em uma crença que associava a mulher negra com a prática de feitiçaria, parte do imaginário popular.

Por meio da análise deste processo-crime, pôde-se observar as complexas relações estabelecidas entre diferentes grupos da sociedade no que diz respeito às práticas de cura, simpatias e de rituais religiosos.

Com a finalização da transcrição do processo, espera-se elencar elementos para uma abordagem mais ampla e profunda, desenvolvendo uma nova narrativa deste estudo de caso.

O processo transcrito também poderá servir como base para o desenvolvimento de novos trabalhos acadêmicos, uma vez que possibilita uma amplitude de elementos passíveis de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APERS. Comarca de Santa Maria da Bocca do Monte, Processo n° 943, ano 1866.
 CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1990. 287 p.
 COSTA, Emília Viotti da. A abolição da escravidão. São Paulo: Global, 1982.
 LIMA, P. V. S. F. de; OLIVEIRA, K. A. de; SANTOS, D. L. R. dos. Aspectos gerais da saúde dos escravos no Brasil: revisão de literatura. Revista Gestão & Saúde, [S. L.], v. 7, n. 1, p. Pág. 471-489, 2016.
 PIMENTA, Tânia Salgado. Curas, rituais e amansamentos com plantas entre escravizados e libertos no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1810 a 1850. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 1-2, 04 maio 2022. FapUNIFESP (SciELO).
 WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Guia prático de leitura de documentos judiciais. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Apers, 2021. 280 p.
 WITTER, Nikelen A.. Dos cuidados e das curas: a negociação das liberdades e as práticas de saúde entre escravos, senhores e libertos: (rio grande do sul, século xix). História Unisinos. São Leopoldo. maio 2006.